

# Conservatório Nacional de Lisboa 150 anos de vida

Adriana Latino

O Ano Europeu da Música, celebrando em 1985 os centenários de nascimento de figuras de grande importância para a música, como Schütz, Bach, Händel, Scarlatti ou Alban Berg, deixou passar, em Portugal, de forma um pouco despercebida, a celebração de uma data significativa na história de uma instituição muito ligada à vida musical portuguesa que no mesmo ano completou 150 anos de existência — o Conservatório Nacional de Lisboa.

O Conservatório, nome pelo qual ainda é conhecido, apesar da sua extinção em 1983, desempenhou um papel fundamental na formação de músicos e professores de música em Portugal. Em determinadas épocas, foi mesmo o centro de uma actividade dinâmica que muito influenciou a vida musical lisboeta. A sua história é, no entanto, pouco conhecida, mesmo para grande parte daqueles que nele estudaram embora não se possa negar o seu interesse para uma melhor compreensão da realidade actual da música portuguesa.

## Antecedentes

O que é um conservatório? A Enciclopédia Portuguesa-Brasileira define-o como «um estabelecimento público onde se ensinam certas artes, especialmente música e declamação». Esta definição corresponde ao que a maior parte das pessoas entende ser um conservatório mas é necessário salientar o adjectivo público, que nos indica a verdadeira função dos conservatórios e o papel que eles desempenharam na educação musical das populações a partir do séc. XIX.

Os primeiros conservatórios surgiram em Nápoles e Veneza, nos finais do séc. XVI, princípios do séc. XVII, com base na actividade predominante de certas organizações caritativas. Apesar do peso que instituições como o «Conservatorio dei Poveri di Gesù Cristo» em Nápoles ou o «Ospedale della Pietà» em Veneza, tiveram durante o séc. XVII, em parte devido ao nível dos seus professores (Vivaldi, por exemplo), em parte devido à qualidade da música que aí se praticava, o seu objectivo principal era o de proporcionar aos órfãos uma profissão digna para poderem subsistir por si próprios. Funcionavam em circuito fechado, fornecendo, quase exclusivamente, músicos para as diferentes capelas.

Apesar do desenvolvimento que tiveram durante o séc. XVIII e da influência que irradiaram para a Europa, os conservatórios napolitanos e venezianos não sobreviveram à invasão da Itália por Napoleão e acabaram por se desmembrar. Tinham, entretanto, deixado sementes por toda a Europa (as visitas de mestres italianos às grandes capitais muito contribuíram

para isso) e em várias cidades surgiram tentativas de criar escolas semelhantes (Leipzig, Londres, Paris, ...) obedecendo sempre ao critério assistencial.

A primeira instituição a romper frontalmente com esse tipo de critérios surge em

Paris, em 1795, como resultado da transformação de uma outra escola: é o «Conservatoire National de Musique et de Declamation». Nascido dos ideais da Revolução Francesa, é a primeira instituição de novo tipo, secular, sem objectivos caritativos, organizada a nível nacional e desenvolve imediatamente grande influência por toda a Europa. Com este modelo surgem conservatórios nas mais importantes cidades europeias e nos Estados Unidos da América, paralelamente a outras instituições que se mantêm.

A situação em Portugal durante os sécs. XVI e XVII era diferente. O ensino da música processava-se principalmente nas escolas ligadas aos conventos. Naquele período as escolas polifónicas portuguesas tiveram um papel fundamental na formação de músicos (executantes e criadores) e a elas estão ligados nomes importantes da nossa cultura musical como D. Pedro de Cristo, Elidoro de Paiva, João Lourenço Rebelo e muitos outros.

A grande qualidade dessa música, associada a factores como a situação de guerra com Espanha, a localização geográfica e problemas económicos, vieram contribuir para um grande atraso da nossa música em relação à Europa, durante o séc. XVII. É assim que, durante todo esse período, não se evoluiu a nível do ensino musical e só no séc. XVIII D. João V toma as iniciativas que pensa poderem compensar essa falha. Paralelamente ao envio de estudantes para Itália, instituiu D. João V, em 1713, um Seminário destinado ao ensino especial da música, organizado nos moldes da escola de Vila Viçosa.

Os estatutos deste Seminário e as suas variadas remodelações indicam sempre um ensino estruturado nas mesmas formas tradicionais — confessional e centrado principalmente na música religiosa, enquanto que a música profana (sobretudo a ópera) era directamente importada, através de compositores como Domenico Scarlatti, ou de encomenda directa, ou ainda através dos bolseiros entretanto regressados.

O Seminário da Patriarcal, apoiado na sólida tradição das Escolas Polifónicas conventuais, formou muitos e bons músicos e professores. Porém, o seu carácter e o seu estilo de funcionamento, cada vez mais desactualizado em relação ao que se fazia no resto da Europa, não podiam certamente sobreviver muito tempo às alterações sociais e culturais geradas pelo constitucionalismo.

## O «conservatório de música»

O período que antecede a criação do Conservatório é de grande agitação política e social em todo o País. Nos anos 20 do século XIX têm início uma série de movimentações de cariz liberal, concretizadas em conspirações e explosões mais ou menos populares (Vila-Francada, Abridada,

etc.). A independência do Brasil em 1825 é a crise da sucessão que se segue à morte de D. João VI, em 1826, mais vêm contribuir para o clima de instabilidade que acaba por resultar numa guerra civil entre liberais e miguelistas, a qual termina em 1834, com a vitória dos liberais.

A vitória liberal teve grande importância para a alteração do ensino da música em Portugal. Logo em 1834 foi extinto o Seminário da Patriarcal. Em 1835 começa a reforma do ensino, sob a orientação do ministro Passos Manuel. Além da obrigatoriedade do ensino geral, são criados liceus, escolas politécnicas e escolas de ensino artístico. O «Conservatório de Música» aparece, assim, por decreto de 5 de Maio de 1835, na Casa Pia de Lisboa, para substituir o Seminário da extinta Igreja Patriarcal.

Segundo as disposições do decreto, pode verificar-se uma dualidade de propósitos quase contraditória no estabelecimento então criado: por um lado pretende-se «promover a arte da música... maiormente no grande número de órfãos que recebe educação na Casa Pia», por outro as aulas «seriam públicas e francas para alunos dos dois sexos»; por um lado seria ensinada «música própria dos officios divinos», por outro música profana «incluindo o estudo do Teatro Italiano» (1).

Esta incapacidade de cortar radicalmente com o passado, esta ambiguidade entre o caritativo e o público, entre o religioso e o profano reflectem, talvez, a própria indecisão da vida política portuguesa na época. Com efeito, a instabilidade social e económica manteve-se e, embora a Direcção do Conservatório estivesse desde o início entregue a um músico de renome internacional (e simpatizante das ideias liberais) como João Domingos Bomtempo, o seu primeiro ano de vida não terá tido grande peso na vida musical lisboeta. Sintomático é o facto de Joel Serrão, na sua *Conologia Geral da História de Portugal* (Lisboa, 1971), ignorar a criação do Conservatório, quando indica, por exemplo, a data da representação da primeira ópera portuguesa.

Não se pretende apresentar aqui uma descrição pormenorizada dos primeiros anos de vida do Conservatório. Alguns

Dia

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

SECTOR DE RECORTES DE IMPRENSA

ARTE

pontos porém, pelo significado que tiveram na época ou pelo paralelismo que apresentam com situações posteriores, merecem ser focados.

Em 15 de Novembro de 1836 é criado em Lisboa um Conservatório Geral de Arte Dramática, dividido em três escolas — de declamação, de música e de dança mímica e ginástica especial. Neste estabelecimento é incorporado o Conservatório de Música, criado 18 meses antes.

Os dois Conservatórios (o decreto de 12 de Janeiro de 1837 refere o plural) são instalados no edifício do extinto Convento dos Caetanos, expropriado, como os restantes bens das ordens religiosas, em 1834. É aí que, com o impulso de Almeida Garrett, o Conservatório começa a criar significado na vida cultural lisboeta.

No aspecto musical, a visão de Bomtempo, certamente moderna para a época, deve ter contribuído para os rápidos progressos dos alunos, referidos em comentários de um jornal da época. Nesse mesmo ano, o nome da instituição é alterado para Conservatório Real de Lisboa.

A evolução do Conservatório segue, duma forma evidente, o que se passa no país a nível político — ascensão, com todo o tipo de apoia, perigo de extinção, restrições económicas que se reflectem no número de matrículas, ameaças de reforma que não chegam a concretizar-se.

A saída da Escola de Declamação para o Teatro Nacional D. Maria II, em 1846, não veio facilitar a gestão e o funcionamento do Conservatório. Continuam a fazer-se propostas de renovação e o governo continua a parecer interessado, mas nada se concretiza. Os exames públicos vão revelando o pouco adiantamento dos alunos. A devolução da Escola de Arte Dramática ao Conservatório, em 1835, pouco adianta.

A Associação de literatos e cientistas do Conservatório, criada em 1841, com o intuito de promover o estudo, o contacto com o estrangeiro, de dar academias de música e de estabelecer no Conservatório o núcleo de ópera portuguesa, entre outras finalidades, não teve o papel que se esperaria. A ideia de Garrett, de criação de uma revista do Conservatório Real de Lisboa, tão pouco. Propostas de renovação, como a de Luís Augusto Palmeirim, em 1883, ficaram na gaveta.

Só em 1901 se faz a primeira tentativa de reforma. O preâmbulo do decreto promulgado por Hintze Ribeiro enaltece as

vantagens de uma educação musical que corresponde a uma educação do espírito. Mas, apesar das boas intenções expressas, da criação de novas disciplinas, como órgão e harpa, do restabelecimento do ensino dramático; apesar dos estímulos e subsídios instituídos «para que a classe de orquestra e música de câmara tomem o lugar que lhes pertence e desempenhem o papel que lhes cabe e do Conservatório não saiam quase unicamente pianistas» (?), a situação pouco se altera. Continua a pensar-se em «máxima perfeição mas sem custos excessivos» (?). Talvez por isso a publicação da Revista do Conservatório Real de Lisboa, preconizada pelo decreto, na linha da anterior proposta de Garrett, apenas alcance 6 magros números e a projecção do Conservatório na vida musical lisboeta continue a ser pouco significativa.

A República

A nova reforma não veio alterar significativamente a vida do Conservatório. Po-

rém, a implantação da República, em 1910, com a alteração qualitativa que trouxe ao ensino, veio criar novas necessidades. Ao nível do ensino geral foram instituídos métodos e programas segundo «os sistemas à época mais actualizados» (?), embora com as limitações económicas que sempre caracterizaram a governação portuguesa.

A cultura mereceu séria atenção dos diversos governos. Criaram-se associações livres de cultura e recreio que, entre outras iniciativas, publicaram numerosos textos (de autores portugueses ou traduzidos). Surgiram exposições de arte, realizaram-se «concertos para o povo, a preços módicos...» (?). No meio desta efervescência, surgiu, finalmente, a vez do Conservatório.

Segundo João de Freitas Branco, o ano de 1919, «marca uma data histórica do Conservatório, como decidido impulso para uma europeização de mentalidades, de objectivos e de métodos» (?).

Em 16 de Maio de 1919 toma posse do

cargo de director do Conservatório, José Viana da Mota. Músico de renome internacional, concertista e compositor, tinha feito toda a sua formação profissional no estrangeiro. A sua visão pessoal, sobre a formação dos músicos e a função de uma escola de música era, certamente, muito diferente daquilo que se praticava no Conservatório de Lisboa e influenciou incontestavelmente a proposta de reforma do Conservatório, elaborada por um grupo de personalidades de que fazia parte.

O espírito da nova reforma fica claramente expresso no preâmbulo do decreto que formula (Dec. Lei 5546 de 9-5-1919). Após o reconhecimento de que os processos de ensino eram antiquados, a organização defeituosa, o magistério mal retribuído, critica-se o facto de não se ministrarem outro tipo de disciplinas como o português, a história, a geografia e restante cultural geral, ou mesmo as disciplinas preliminares das ciências musicais, como a acústica e a estética musical.

Não foi talvez o facto de ter remodelado alguns aspectos do ensino específico da música, com o dos instrumentos, da composição ou do solfejo (a exemplo do que se passava em grandes escolas estrangeiras), ou de ter criado novas disciplinas (das 15 anteriormente existentes passou-se para 32) que deu a esta reforma o significado que João de Freitas Branco lhe atribui. Enquanto estes aspectos contribuíram principalmente para actualizar o ensino técnico, nivelando-o com o dos melhores conservatórios da Europa, aspectos novos, como a preocupação com a educação geral e artística do músico, já praticada lá fora, foram verdadeiramente inovadores na sociedade portuguesa, e vieram contribuir para uma abertura da mentalidade de todos os alunos que frequentaram o Conservatório nos anos 20.

Nesta época, a vida do Conservatório ganha nova energia. A situação dos professores melhora. É possível dar um novo impulso à prática musical, com a obrigatoriedade de os alunos frequentarem as classes de conjunto (música de câmara, coro). Criam-se subsídios. Os alunos são convidados a terem a sua revista e a participarem activamente nos trabalhos de orientação directiva do Conservatório.

Também aos professores é exigida «a cooperação em concertos públicos que sejam organizados pelo Conservatório Nacional de Música» (?) o que vem dar novo impulso à esmorecida actividade concertis-

ta da instituição, a qual, durante muitos anos, se limitara a pouco mais que as audições de alunos.

A revista do Conservatório Nacional, prevista no decreto e começada a publicar em Janeiro de 1920, foi um importante elemento na divulgação de todo este processo. Dirigida pelo próprio Viana da Mota; com artigos históricos, crónicas do estrangeiro, efemérides, críticas e comentários à actividade musical lisboeta e, principalmente, artigos sobre a problemática do ensino de certas disciplinas, ou sobre as novas matérias e programas, com comentários destinados aos professores do ensino particular, preencheu certamente uma lacuna nas publicações portuguesas da época e desempenhou um importante papel na educação, não só das pessoas mais directamente ligadas ao Conservatório (os seus professores e alunos), como no de outros interessados pela música (músicos, professores particulares e os seus alunos), profissionais e amadores, ou até do público frequentador de manifestações musicais.

A reforma de 1919 não chegou a ser totalmente posta em prática, por falta de verbas e por isso nunca se concretizaram propostas de grande alcance nela contidas, como a criação de escolas primárias musicais e a consequente «criação de um curso normal que habilite ao magistério dessas aulas primárias de música» (?); ou ainda como a criação de bolsas de férias para os professores estudarem o folclore nacional do continente, ilhas e colónias, etc.

Mas o seu significado e os horizontes que abriu na vida musical portuguesa foram grandes. O enorme incremento de matrículas, o bom nível das audições de alunos, as elogiosas referências às iniciativas do Conservatório na imprensa da época, são testemunhos do período áureo que se viveu no antigo convento dos Caetanos, durante cerca de uma década.

Declínio

O interesse manifestado pelo Conservatório é, no entanto, sol de pouca dura. Alterações políticas e económicas levam a que, em 1930, se comecem a introduzir mudanças. É, primeiro, a fusão da música com o teatro, sob pretexto de «economia

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Ensino Artístico - Conservatório Nacional de Lisboa

JAN	FEB	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

SECTOR DE RECORTES DE IMPRENSA

de ensino para a disciplina da instrução... O Conservatório passa a ser uma escola com duas secções, com dois directores, sob a administração de um inspector — para este cargo é nomeado Júlio Dantas. Viana da Mota é mantido na direcção da escola de música.

Prevê ainda o mesmo decreto a nomeação de uma comissão para elaborar nova reforma dos serviços administrativos e técnicos, a qual deve subordinar-se rigorosamente, sem prejuizo da eficiência do ensino, a um critério de estricte economia.

A mudança de orientação é muito evidente no preâmbulo do decreto 18 881, publicado em 25-9-1930, onde a reforma de 1919 é abertamente criticada. Sob o lema «o essencial não é ensinar muito mas ensinar bem», fazem-se cortes nas disciplinas de cultural geral (Francês, História, Geografia) e musicais mais avançadas (Virtuosidade, Leitura de Partituras, Regência de Orquestra). Sob pretexto de «demasiada extensão de alguns cursos; o excesso de disciplinas literárias; um luxo de organização que nem sempre correspondia às realidades práticas do ensino...», regressa-se a uma «visão mais do que ultrapassada do que era a formação do músico: um mero técnico, capaz de executar sofrivelmente o seu instrumento, incapaz de situar a música que toca no espaço ou no tempo, incapaz de comunicar com o estrangeiro; pois apenas fala a lingua materna.

Podê supor-se a desilusão que esta nova proposta trouxe à equipa dirigida por Viana da Mota. Nem a nomeação em 1936 para fazerem parte de uma nova comissão de reforma, cujo projecto elaboraram e entregaram em Julho de 1937, e que, aliás, não teve qualquer seguimento, terá anulado a indignação por verem ruir um projecto elaborado com tanto carinho e com tanta dedicação à música portuguesa.

Em 1938, com a reforma de Viana da Mota, é nomeada director do Conservatório (secção de música), o maestro Ivo Cruz.

Ivo Cruz fizera parte da comissão para a reforma do Conservatório, nomeada em 1936 e é certamente sob o impulso desse trabalho que tenta ainda uma renovação do Conservatório: nomeia novos professores, alguns dos quais foram alunos da instituição nos gloriosos anos 20 (Jorge Cromer de Vasconcelos, Armando José Fernandes, etc.), outros vindos do estrangeiro; introduz novas matérias, ao gosto europeu da época (cravo, viola dedilhada, interpretação de música antiga).

Mas o sucesso terá sido pequeno. O conservatório, desvitalizado pela reforma de 1930, começa nesta época a perder alunos. Mal entendidos, ataques políticos, restrições económicas; não devem ter facilitado a vida do director da escola durante um período particularmente difícil da vida

mundial e nacional — as décadas de 40, 50 e 60.

Ao longo deste período, várias pessoas ligadas à música, como Mário Sampayo Ribeiro ou Fernando Lopes Graça, relembram a urgência de promover nova reforma do Conservatório cujo ensino, completamente distanciado do dos estabelecimentos congéneres europeus, começa a prejudicar, tanto quantitativamente como qualitativamente a vida musical portuguesa, pois, tal como funciona presentemente, o Conservatório não corresponde de modo algum, nem pedagogicamente, nem culturalmente, às necessidades e imperativos da vida contemporânea.

A nova reforma, tão desejada, surgiu apenas na década de 70, sob impulso do então ministro Veiga Simão, após a aposentação de Ivo Cruz, em 1971.

A reforma

Em Janeiro de 1971, o Ministério da Educação Nacional apresenta a público um documento onde expõe «o projecto de estrutura de um novo sistema que constituirá o suporte de acções destinadas a promover a necessária e profunda renovação do ensino em Portugal». Neste texto é clara a vontade de actualizar o ensino artístico, nomeadamente ao nível da música.

A nova proposta, certamente influenciada pelas mais actuais realizações estrangeiras da época, prevê a criação do liceu artístico que «dará acesso a escolas superiores de índole artística». O organograma apresentado em anexo ao mesmo documento prevê a continuação dos estudos artísticos até ao doutoramento e embora a música não esteja ali expressamente referida, é fácil de concluir, pelas acções subsequentes, que ela era um dos campos em que se previam maiores modificações.

Com efeito, a Comissão Orientadora da Reforma do Conservatório, constituída no Verão de 1971, começa a preparar activamente a entrada do novo ano lectivo. As inovações são revolucionárias e vêm virar do avesso a velha instituição. As duas secções existentes passam a Escolas independentes, a sub-secção de Dança, integrada até aí na secção de Teatro, também. Cria-se uma escola de Cinema e uma de Formação de Professores de Educação pela Arte. O princípio do liceu artístico é posto em prática com a integração, no Conservatório, de uma secção da Escola Preparatória Francisco Arruda.

Das propostas de Garrett para o trabalho integrado de várias artes já pouco se lembram, nem tão pouco das reformas de 1919, no sentido de formar professores para as noções elementares ou de criar lugares onde as crianças pudessem aprender os primeiros rudimentos. A nova reforma, com os problemas que vem criar a um Conservatório entorpecido por quase 40 anos de rotina não é muito bem vista por quem já lá trabalha. Acabaram-se os corredores encerados, o calmo convívio entre professores, funcionários e alunos, acabou-se o respeitoso silêncio próprio de um «templo da música». O Conservatório enche-se de gente, mais ou menos estragante, abre as suas portas ao exterior. A criação de cursos superiores traz uma nova população escolar e uma carga de trabalho administrativo e uma secretaria que não estava preparada para o receber. O espaço físico falta. Cada um reivindicando o afastamento do vizinho, uns porque são herdeiros «legítimos» do espaço, outros porque acham necessário quebrar amarras e avançar.

Mas a reforma vai-se impondo. Contratam-se novos professores, começam a fazer-se alterações nas instalações, compra-se material e equipamento.

Todos os cursos entram em fase de experiência pedagógica, uns por serem novos, outros porque são completamente reestruturados. Criam-se disciplinas novas na Escola de Música, os cursos dos instrumentos «nobres» como o piano ou os arcos aumentam de 2 anos, os cursos de instrumentos «menos categorizados», como certos sopros, são remodelados, etc. O curso de Teatro arranca em novos modelos, as disciplinas de dança da antiga secção de Teatro transformam-se numa escola nova, onde as crianças são orientadas desde os 10 anos, através de disciplinas especializadas e complementares. As escolas de Cinema e de Educação pela Arte vão dando os primeiros passos.

O 25 de Abril de 1974 veio criar uma situação difícil ao novo Conservatório. A agitação que se vive durante os anos de 1974 e 1975 prejudica o funcionamento de uma reforma que ainda não está consolidada e que é imediatamente contestada, por

vezes sem grande fundamento. Os ânimos acalmam-se aos poucos, mas, apesar do regresso a uma relativa calma no ano lectivo de 1975/76, o Conservatório já não viria a recuperar.

Vítima de uma crise de identidade, sem saber se há de regressar ao passado ou se deve continuar a reforma; apanhado a meio de uma experiência pedagógica que devia durar 3 anos mas que se vai prolongando; o Conservatório esbraceja como um naufrago, procurando onde se agarrar. Tentam-se soluções, mas nenhum governo quer pegar no assunto.

Uma nova Comissão de reestruturação, composta por professores das 5 escolas elabora um relatório com propostas de viabilização e actualização dos diferentes cursos, o qual não tem resposta por parte do Ministério. A crise pedagógica e admi-

nistrativa prolonga-se (fala-se em degradação). A gestão é entregue a gestores nomeados pelo Ministério e alheios à escola. Inúmeras propostas são apresentadas, nos sucessivos governos — nenhuma é recusada, mas nenhuma tem seguimento.

O Gabinete do Ensino Artístico, entretanto criado, elabora um relatório em que aborda a reestruturação do Conservatório, entre outros assuntos. Mas nada se concretiza.

A gestão é novamente entregue aos professores, enquanto se aguarda uma decisão sobre o assunto e assegura o dia a dia mas não consegue obter uma reestruturação para o conjunto das 5 escolas — cada uma delas procura elaborar um projecto, procura conseguir a resolução do seu caso.

Aos poucos o Conservatório caminha para a desagregação que surge com o decreto 310/83, publicado em 1 de Julho, e que declara a extinção do Conservatório Nacional de Lisboa, a partir de 30-9-1983.

O futuro

Extinto o Conservatório criam-se novas escolas de ensino artístico, vocacionadas para a formação de jovens a vários níveis. Algumas coexistem ainda no velho edifício do Bairro Alto; outras, procuram, através de Comissões, pôr de pé projectos actualizados e virados para o futuro, naquele ou noutros espaços. 2 anos constituem, no entanto, um período demasiado curto para se poder avaliar um trabalho de reestruturação de fundo que agora começa, em que todos pomos as nossas esperanças e a que desejamos os melhores resultados.

O Conservatório já não existe. Mas os 150 anos da sua história mantêm-se vivos não só na recordação dos que aí estudaram, não só no imponente edifício que agora abriga outras escolas mas também na memória cultural do povo português.

NOTAS

(1) José Silvestre Ribeiro, História dos Estabelecimentos..., Lisboa, 1871/93, v. 6, p. 386/7

(2) Diário do Governo n.º 242, de 26-10-1901, p. 2950

(3) Oliveira Marques, História de Portugal, v. 2, Lisboa, 41 977, p. 227

(4) João de Freitas Branco, Viana da Mota, Lisboa, 1972, p. 151

(5) Do preâmbulo do Decreto-Lei 5346 de 9-5-1919

(6) Decreto-Lei 18 461, de 14-6-1930

(7) Fernando Lopes Graça, Plano para a organização dos serviços musicais do Estado, 1943, in «Obras Literárias» — Vol. 8 Lisboa, 1973, p. 150

(8) Projecto de Sistema Escolar, MEN, 1971, p. 5

Table with 31 rows and 1 column, numbered 1 to 31. Row 16 has an 'X' mark.

Ensino Artístico Conservatório Nacional de Lisboa